

volume
1

Cassio SCARPINELLA Bueno

**Curso
Sistematizado
de Direito
Processual Civil**

**Teoria Geral do Direito Processual Civil
Parte Geral do Código de Processo Civil**

**10^a edição
2020**

saraiva jur

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva	Rávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência editorial	Roberto Navarro
Gerência de produção e planejamento	Ana Paula Santos Matos
Gerência de projetos e serviços editoriais	Fernando Penteado
Consultoria acadêmica	Murilo Angel Dias dos Santos
Planejamento	Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Novos projetos	Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite
Edição	Eveline Gonçalves Denardi (coord.) Daniel Pavani Naveira Estevão Bula Gonçalves
Produção editorial	Fernanda Matajs (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Amanda Mota Loyola Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Juliana Bojczuk Fermino Kelli Priscila Pinto Marília Cordeiro Mônica Gonçalves Dias
Diagramação	Adriana Aguiar
Revisão	Juliana Bornio
Capa	Danilo Zanotti / Aero Comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Bartira

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil, vol. 1 : teoria geral do direito processual civil : parte geral do código de processo civil / Cassio Scarpinella Bueno. – 10. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2020.

808 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-536-1405-9 (impresso)

1. Processo civil I. Título.

20-0102

CDD 340

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil

347.9

Data de fechamento da edição: 27-11-2019

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606084

CAE

716939

Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015.....</i>	25
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i>	31
<i>Abreviaturas</i>	35

Parte I Teoria Geral do Direito Processual Civil

Capítulo 1

Objeto e desdobramentos do direito processual civil.....	41
1. Primeiras noções	41
2. Objeto do direito processual civil	49
3. Meios não jurisdicionais de solução de conflitos.....	50
3.1. Conciliação	52
3.2. Mediação.....	53
3.3. Arbitragem	54
3.4. Juizados Especiais	56
4. As chamadas jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	56
5. Notícia histórica do direito processual civil positivado no Brasil.....	59
5.1. Uma primeira aproximação do CPC	63
6. As subdivisões do direito processual civil	66
6.1. Direito processual coletivo.....	68
6.2. Direito processual público	70
6.2.1 Direito processual tributário.....	74
6.2.2 Direito processual constitucional	75
6.3. Direito processual do consumidor	76
6.4. Direito processual societário.....	76
6.5. Direito processual transnacional	77
6.6. Direito processual convencional	79

Capítulo 2

Bases para um pensamento contemporâneo do direito processual civil...	81
1. Notícia histórica do estudo científico do direito processual civil.....	81
2. Elementos para compreensão da fase contemporânea do estudo científico do direito processual civil.....	85
2.1 A necessária aproximação entre direito processual e direito material.....	90
2.2 As ondas de acesso à justiça.....	91
2.3 A instrumentalidade do processo.....	94
2.4 Os direitos fundamentais e o direito processual civil	96
2.5 Síntese conclusiva parcial	100
2.6 A interpretação do direito e a atividade jurisdicional	102
2.6.1 A crise do legalismo.....	102
2.6.2 A indispensabilidade da interpretação do direito	104
2.6.3 A norma jurídica e sua concretização.....	106
2.6.4 A chamada constitucionalização do direito	108
2.6.5 O papel do direito jurisprudencial.....	110
2.6.6 O papel do magistrado na ordem jurídica atual	113
2.7 O neoconcretismo: um primeiro aceno	114

Capítulo 3

O modelo constitucional do direito processual civil.....	115
1. Considerações iniciais	115
2. Os princípios constitucionais do direito processual civil.....	121
2.1 Princípios jurídicos: breves ilações	124
2.1.1 O chamado princípio da proporcionalidade.....	127
2.2 Acesso à justiça	130
2.3 Devido processo constitucional	132
2.4 Contraditório (cooperação)	135
2.5 Ampla defesa.....	138
2.6 Juiz natural.....	140
2.7 Imparcialidade	142
2.8 Duplo grau de jurisdição	143
2.9 Colegialidade nos Tribunais.....	145

2.10	Reserva de plenário para declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo	147
2.11	Isonomia	148
2.12	Publicidade	150
2.13	Motivação.....	151
2.14	Vedações das provas ilícitas ou obtidas por meios ilícitos.....	153
2.15	Assistência jurídica integral e gratuita.....	155
2.16	Eficiência processual	157
2.17	Efetividade do direito pelo e no processo	160
2.18	Princípios-síntese	162
3.	Organização judiciária na Constituição Federal	163
3.1	Composição dos Tribunais	164
3.2	Organização dos Tribunais	165
3.3	Regimentos internos dos Tribunais.....	167
3.4	Supremo Tribunal Federal	168
3.5	Superior Tribunal de Justiça	173
3.5.1	Conselho da Justiça Federal e Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	175
3.6	Conselho Nacional de Justiça	177
3.7	Justiça Federal	182
3.7.1	Tribunais Regionais Federais.....	183
3.7.2	Juízes federais.....	185
3.8	Tribunais de Justiça e juízes dos Estados e do Distrito Federal.....	187
4.	Funções essenciais à Justiça.....	189
4.1	Magistratura	191
4.1.1	O magistrado.....	191
4.2	Ministério Público	197
4.2.1	Ministério Público como parte	202
4.2.2	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica	203
4.2.3	Integrantes do Ministério Público	204
4.2.4	Conselho Nacional do Ministério Público	207
4.3	Advocacia e advogado	209
4.3.1	Advocacia pública.....	213

4.3.2	Ordem dos Advogados do Brasil.....	216
4.3.3	Honorários de advogado.....	218
4.4	Defensoria Pública.....	219
4.4.1	Defensoria Pública como <i>custos vulnerabilis</i>	225
4.4.2	Defensor público	226
5.	Procedimentos jurisdicionais constitucionalmente diferenciados.....	231
5.1	Tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações.....	233
5.2	Controle de constitucionalidade	236
5.3	Súmulas vinculantes do STF.....	240
5.4	Cumprimento de sentença e execução contra a Fazenda Pública	242
5.5	Controle de específicas competências reconhecidas pela Constituição Federal ..	245
6.	Normas de concretização do direito processual civil.....	247
6.1	Notas de (devido) processo legislativo	248
6.2	Processo e procedimento	251
6.3	Regimentos internos dos Tribunais	256
6.4	Proposta	258

Capítulo 4

Institutos fundamentais do direito processual civil.....	259	
1.	Considerações iniciais	259
2.	Jurisdição	260
2.1	Funções típicas e atípicas da atuação do Estado	262
2.2	Características	263
2.2.1	Substitutividade	264
2.2.2	Imperatividade	264
2.2.3	Imutabilidade	265
2.2.4	Inafastabilidade	265
2.2.5	Indelegibilidade	266
2.2.6	Inércia	267
2.3	Espécies	268
2.3.1	Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	269
2.3.2	Jurisdição comum e jurisdição especial	270
2.3.3	Jurisdição civil e jurisdição penal	271

2.3.4	Jurisdição contenciosa e jurisdição contenciosa-administrativa	272
2.3.5	Jurisdição inferior e jurisdição superior	273
2.3.6	Jurisdição de direito e jurisdição de equidade	275
2.3.7	Jurisdição interna e jurisdição externa	275
2.4	Competência: primeiras considerações	276
3.	Ação	277
3.1	As chamadas ações de conhecimento e de execução: apreciação crítica	286
3.2	O mínimo indispensável para o exercício do direito de ação	291
3.2.1	Legitimidade	297
3.2.2	Interesse	302
3.2.3	Dinâmica	304
3.3	Os chamados “elementos da ação”	307
3.4	Nota sobre a chamada “cumulação de ações”	310
4.	Processo	311
4.1	Os chamados “processos de conhecimento” e “de execução”: análise crítica	320
4.2	Procedimento	323
4.2.1	Procedimento comum e procedimentos especiais	324
4.3	Pressupostos processuais	329
4.3.1	Pressupostos de existência do processo	332
4.3.1.1	Provocação inicial	332
4.3.1.2	Jurisdição	333
4.3.1.3	Citação	333
4.3.2	Pressupostos processuais de validade do processo	335
4.3.2.1	Aptidão da provocação inicial	336
4.3.2.2	Competência absoluta do juiz	336
4.3.2.3	Imparcialidade do magistrado	337
4.3.2.4	Legitimidade processual: capacidade de ser parte e capacidade de estar em juiz	338
4.3.2.5	Capacidade postulatória	342
4.3.2.6	Citação válida	343
4.3.3	Pressupostos negativos	343
4.3.3.1	Litispendência	344
4.3.3.2	Coisa julgada	344

4.3.3.3	Perempção	345
4.3.3.4	Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência do tribunal arbitral	346
4.3.3.5	Falta de caução ou outra prestação exigida pela lei	347
4.4	Dinâmica dos pressupostos processuais	348
4.4.1	Análise dos pressupostos processuais pelo juízo de primeiro grau de jurisdição	348
4.4.2	Análise dos pressupostos processuais em sede recursal	349
4.5	Proferimento de decisão de mérito e pressupostos processuais	351
4.6	“Extinção” do processo e pressupostos processuais	352
5.	Defesa	353
5.1	Mínimo indispensável ao exercício do direito de defesa	355
5.2	Comportamentos do réu	356
5.2.1	Contestação	357
5.2.2	Exceções e objeções	359
5.3	Exercício do direito de ação pelo réu	362

Capítulo 5

<i>Neoconcretismo e tutela jurisdicional</i>	365	
1.	Considerações iniciais	365
2.	O neoconcretismo	367
3.	Tutela jurisdicional	371
3.1	Tutela (material) de direitos e tutela (jurisdicional) de direitos	372
4.	Classificações da tutela jurisdicional	375
4.1	Tutela jurisdicional classificada pela perspectiva do dano: tutela preventiva e tutela repressiva	377
4.1.1	Uma palavra adicional sobre a tutela jurisdicional preventiva	377
4.2	Tutela jurisdicional classificada pelo momento de sua prestação: tutela antecipada e tutela ulterior	379
4.3	Tutela jurisdicional classificada pela necessidade de sua confirmação: tutela provisória e tutela definitiva	381
4.4	Tutela jurisdicional classificada em função de suas relações com o direito material: tutela satisfativa e tutela conservativa	382
4.5	Tutela jurisdicional classificada pela eficácia: não executiva e executiva	382
5.	Cognição judicial	391

Parte II

Parte Geral do Código de Processo Civil

Capítulo 1

Normas processuais civis.....	397
1. Considerações iniciais	397
2. Normas fundamentais do processo civil	398
2.1 Ainda o modelo constitucional do direito processual civil	399
2.2 O princípio da inércia da jurisdição	401
2.3 Acesso à justiça e meios alternativos de solução de conflitos	402
2.4 Princípio da eficiência processual	404
2.5 Boa-fé	405
2.6 Cooperação	407
2.7 Princípio da isonomia	410
2.8 Hermenêutica do direito processual civil	411
2.9 Princípio do contraditório	412
2.10 Ainda o contraditório: vedação das decisões-surpresa	414
2.11 Princípios da publicidade e da fundamentação	416
2.12 Ordem cronológica de conclusão	417
3. Aplicação das normas processuais	421
4. Aplicação supletiva e subsidiária do CPC	428

Capítulo 2

Função jurisdicional.....	429
1. Considerações iniciais	429
2. Jurisdição	430
3. Ação	431
3.1 Especificamente o interesse de agir	436
3.2 Legitimação extraordinária	438
4. Limites da jurisdição nacional	441
5. Cooperação internacional	443
5.1 Disposições gerais	443
5.2 Auxílio direto	444
5.3 Carta rogatória	446

5.4	Disposições comuns	447
6.	Competência	448
6.1	Disposições gerais	448
6.1.1	Competência absoluta e relativa	451
6.1.2	Outros critérios classificatórios da competência	452
6.2	Competência no âmbito da Constituição Federal	455
6.2.1	Supremo Tribunal Federal	455
6.2.2	Superior Tribunal de Justiça	456
6.2.3	Tribunais Regionais Federais	457
6.2.4	Justiça Federal de primeira instância	457
6.3	Competência no âmbito do CPC: competência de foro	466
6.4	Competência de juízo	472
6.5	Modificação da competência	474
6.5.1	Coneção	474
6.5.2	Continência	476
6.5.3	Foro de eleição	476
6.5.4	Vontade do réu	477
6.6	Conflito de competência	480
7.	Cooperação nacional	480

Capítulo 3

Sujeitos do processo.....	483	
1.	Considerações iniciais	483
2.	Partes e procuradores	483
2.1	Capacidade de estar em juízo e capacidade processual	484
2.2	Curador especial	485
2.3	Legitimidade dos cônjuges e companheiros em juízo	487
2.4	Representação processual	488
2.5	Vícios na representação processual	489
2.6	Deveres	490
2.7	Responsabilidade das partes por dano processual	493
2.8	Despesas processuais	494
2.9	Honorários advocatícios	497

2.10	Dinâmica das despesas, honorários e multas	507
2.11	Gratuidade da Justiça	511
2.11.1	Abrangência do benefício	511
2.11.2	Dinâmica do requerimento	513
2.11.3	Recursos	514
2.11.4	Revogação definitiva	515
2.12	Sucessão das partes e dos procuradores	515
3.	Litisconsórcio	516
3.1	Classificações	517
3.1.1	Litisconsórcio ativo necessário	519
3.1.2	Intervenção litisconsorcial	520
3.1.3	Litisconsórcio ulterior	521
3.2	Hipóteses de formação do litisconsórcio	521
3.2.1	Limitação do litisconsórcio facultativo	523
3.3	Regime jurídico	526
3.3.1	Aplicações	527
3.4	Outras regras sobre o litisconsórcio	528
4.	Intervenção de terceiros	530
4.1	Outras hipóteses de intervenção de terceiros	532
4.2	Negócios processuais e intervenção de terceiros	532
4.3	Assistência	533
4.3.1	Modalidades de assistência	534
4.3.2	Interesse jurídico que legitima a intervenção do assistente	535
4.3.3	Cabimento e oportunidade da assistência	536
4.3.4	Pedido de intervenção	537
4.3.5	Assistência simples	538
4.3.5.1	Os limites à atuação do assistente simples	540
4.3.5.2	Justiça da decisão (eficácia da intervenção)	541
4.3.5.3	Coisa julgada	543
4.3.6	Assistência litisconsorcial	543
4.3.6.1	Atuação do assistente litisconsorcial	545
4.3.6.2	Coisa julgada	546
4.4	Denunciaçāo da lide	546

4.4.1	Hipóteses de cabimento	547
4.4.2	Facultatividade da denunciação	547
 4.4.2.1	Resguardo da ação autônoma	548
 4.4.2.2	A facultatividade da denunciação e a prescrição	549
4.4.3	Denunciações sucessivas	550
4.4.4	Denunciação e novo fundamento	552
4.4.5	A petição inicial da denunciação da lide	553
4.4.6	Citação do denunciado	554
4.4.7	Suspensão do processo	555
4.4.8	Denunciação feita pelo autor	555
4.4.9	Denunciação feita pelo réu	557
4.4.10	A condenação “direta” do denunciado	558
4.4.11	Denunciação da lide como cumulação eventual de pedido	561
4.4.12	A responsabilização pelas verbas de sucumbência	561
4.5	Chamamento ao processo	562
 4.5.1	Hipóteses de cabimento	564
 4.5.2	Procedimento do chamamento ao processo	566
 4.5.3	Suspensão do processo	567
 4.5.4	Citação para que os chamados contestem	567
 4.5.5	Julgamento e seus efeitos	567
4.6	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	569
 4.6.1	Legitimidade	569
 4.6.2	Hipóteses	570
 4.6.3	Cabimento	571
 4.6.4	Anotação no distribuidor	573
 4.6.5	Desconsideração requerida com a petição inicial	574
 4.6.6	Suspensão do processo	575
 4.6.7	Pressupostos de instauração	576
 4.6.8	Admissão do incidente	576
 4.6.9	Citação e manifestação do sócio ou da pessoa jurídica	577
 4.6.10	Tutela provisória	578
 4.6.11	Julgamento e recursos	578
 4.6.12	Efeitos do julgamento	580

4.6.13	Coisa julgada	581
4.6.14	Despesas e honorários advocatícios	582
4.6.15	Embargos de terceiro	582
4.6.16	Fraude à execução	582
4.7	<i>Amicus curiae</i>	583
4.7.1	Pressupostos para a intervenção	585
4.7.2	Modos de intervenção e controle	585
4.7.3	Representatividade adequada e interesse institucional	586
4.7.4	Candidatos a <i>amicus curiae</i>	587
4.7.5	Prazo para manifestação	588
4.7.6	Alteração de competência	589
4.7.7	Legitimidade recursal	590
4.7.8	A atuação do <i>amicus curiae</i>	591
5.	Magistrado	593
5.1	Deveres-poderes	593
5.1.1	Igualdade de tratamento	594
5.1.2	Velar pela razoável duração do processo	594
5.1.3	Zelar pela probidade processual	595
5.1.4	Flexibilização de técnicas executivas (dever-poder geral de concretização)	595
5.1.5	Estímulo à autocomposição	597
5.1.6	Dilatação de prazos e inversão na ordem de produção de provas ...	597
5.1.7	Dever-poder geral de polícia	599
5.1.8	Interrogatória livre	600
5.1.9	Dever-poder geral de saneamento	600
5.1.10	Estímulo ao processo coletivo	601
5.2	Critérios decisórios	602
5.3	Responsabilidade	604
5.4	Impedimento e suspeição	604
5.4.1	Forma de arguição	606
5.4.2	Outros destinatários das normas	607
5.5	Auxiliares da Justiça	607
5.5.1	Escrivão, chefe de secretaria e oficial de justiça	608

5.5.2	Perito	609
5.5.3	Depositário e administrador	610
5.5.4	Intérprete e tradutor	611
5.5.5	Conciliadores e mediadores judiciais	612
6.	Ministério Público	616
7.	Advocacia privada	620
8.	Advocacia pública	623
9.	Defensoria Pública	626
 Capítulo 4		
Atos processuais.....		629
1.	Considerações iniciais	629
2.	Forma	630
2.1	Atos em geral	630
2.2	Negócios processuais	631
2.2.1	Calendário processual	639
2.3	Prática eletrônica	642
2.4	Atos das partes	644
2.5	Pronunciamentos do juiz	645
2.6	Atos do escrivão ou do chefe de secretaria	648
3.	Tempo	649
4.	Lugar	650
5.	Prazos	651
5.1	Contagem e fluência	653
5.2	Verificação e penalidades	657
6.	Preclusão	658
7.	Comunicação	659
7.1	Citação	660
7.1.1	Modalidades de citação	663
7.2	Cartas	667
7.3	Intimações	668
8.	Nulidades	671
9.	Distribuição e registro	678
10.	Valor da causa	680

Capítulo 5

Tutela provisória	685
1. Considerações iniciais	685
2. Notas de processo legislativo	687
3. Classes	688
3.1 Urgência e evidência	689
3.2 Antecedente e incidente	690
3.3 Cautelar e antecipada	690
4. Disposições gerais	693
4.1 Competência	693
4.1.1 Tutela provisória perante os tribunais	694
4.2 Motivação	696
4.3 Duração	696
4.4 Dever-poder geral de asseguramento (cautela) e de satisfação (antecipação) Efetivação da tutela provisória.....	697
4.5 Tutela provisória requerida em caráter incidental	699
4.6 Recorribilidade das interlocutórias relativas a tutela provisória	699
4.7 Outras questões	701
4.7.1 Impossibilidade de concessão de ofício	701
4.7.2 Legitimidade	701
4.7.3 Prazos e momentos	701
5. Tutela de urgência	702
5.1 Pressupostos	703
5.2 Caução	706
5.3 Concessão liminar ou mediante audiência de justificação	706
5.4 Risco de irreversibilidade	708
5.5 Efetivação da tutela provisória de urgência de natureza cautelar	711
5.6 Responsabilidade pela prestação da tutela de urgência	712
5.7 Outras regras gerais	714
6. Tutela antecipada requerida em caráter antecedente	714
6.1 Petição inicial	715
6.2 Se concedida a tutela antecipada antecedente	716

6.3	Se não concedida a tutela antecipada antecedente	718
6.4	Se não houver aditamento da petição inicial	719
6.5	Estabilização da tutela provisória	720
	6.5.1 Dinâmica da estabilização	724
7.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente	726
	7.1 Citação do réu e suas atitudes	727
	7.2 Apresentação do pedido principal	727
	7.3 Duração	729
	7.4 Indeferimento da tutela cautelar e pedido principal	730
8.	Relações entre as tutelas provisórias requeridas em caráter antecedente	731
9.	Tutela da evidência	734
	9.1 Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte ...	735
	9.2 Alegações de fato comprovadas documentalmente e tese firmada em repetitivos ou em súmula vinculante	736
	9.3 Pedido reipersecutório	737
	9.4 Suficiência de provas	738
	9.5 Concessão liminar	739
10.	Tutela provisória e o direito processual público	740
	10.1 Restrições à tutela provisória (art. 1.059)	743
	10.2 Em especial a “suspensão da tutela provisória”	747
	10.3 O art. 1.059 e a tutela da evidência	750
	10.4 (In)constitucionalidade do art. 1.059	750

Capítulo 6

Formação, suspensão e extinção do processo	755	
1. Considerações iniciais	755	
2. Formação do processo	756	
3. Suspensão do processo	758	
	3.1 Morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador	758
	3.2 Convenção das partes	760
	3.3 Arguição de impedimento ou suspeição	760
	3.4 Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas	761

3.5	Relações externas com a decisão de mérito	762
3.5.1	Relação entre processos civil e penal	763
3.6	Força maior	763
3.7	Tribunal Marítimo	763
3.8	Outros casos previstos no Código de Processo Civil	764
3.9	Parto ou concessão de adoção	765
3.10	Advogado que se tornar pai	768
4.	Extinção do processo	769
4.1	Extinção do processo e prévio saneamento	771
	<i>Bibliografia citada e consultada</i>	773
	<i>Sites consultados</i>	807

volume

2

10^a edição

revista, atualizada e ampliada

2021

Cassio SCARPINELLA Bueno

**Curso
Sistematizado
de Direito
Processual Civil**

**Procedimento Comum,
Processos nos Tribunais e Recursos**

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

direção executiva	Flávia Alves Bravin
Direção editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Penteado
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Dalila Costa de Oliveira
Edição	Clarissa Boraschi Maria (coord.) Daniel Pavani Naveira
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Luciana Cordeiro Shirakawa
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paraíso Buldrini Filogônio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação e revisão	Kalima Editores
Capa	Danilo Zanott / Aero Comunicação
Produção gráfica	Marli Rampim
Impressão e acabamento	Sergio Luiz Pereira Lopes Gráfica Paym

Bueno, Cassio Scarpinella

Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum, processos nos tribunais e recursos – vol. 2 / Cassio Scarpinella Bueno. – 10. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

832 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-373-0 (impresso)

1. Processo civil. I. Título.

20-0725

CDD 341.46

CDU 347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil

Data de fechamento da edição: 4-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL

606979

CAE 744688

Sumário

Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015..	29
Nota prévia às edições de 2021 do Curso sistematizado	35
Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado	39
<i>Abreviaturas</i>	43

Parte 1

Procedimento comum

Capítulo 1

Do “processo de conhecimento” ao procedimento comum.....	49
1. Considerações iniciais	49
2. Procedimento comum como regra.....	50
3. A subsidiariedade do procedimento comum.....	51
4. Processo e procedimento.....	53
5. O chamado “processo de conhecimento”.....	59
6. Fases do procedimento comum.....	65
7. Proposta de estudo.....	68

Capítulo 2

Fase postulatória	69
1. Considerações iniciais	69
2. Petição inicial	69
3. Requisitos da petição inicial	70
3.1 Juízo a que é dirigida	71
3.2 Qualificação do autor e do réu	72
3.3 Fato e fundamentos jurídicos do pedido	74
3.4 Pedido com suas especificações	75

3.4.1	Pedido certo	77
3.4.1.1	Efeitos anexos	78
3.4.2	Pedido determinado	82
3.4.3	Cumulação de pedidos	84
3.4.3.1	Regras para cumulação de pedidos	87
3.4.4	Cumulação subjetiva	90
3.4.5	Cumulação de pedidos pelo réu	90
3.4.6	Pedido e obrigações alternativas	91
3.4.7	Pedido e obrigações indivisíveis	93
3.4.8	Modificação do pedido	94
3.5	O valor da causa	96
3.6	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados	96
3.6.1	Juntada de documentos com a petição inicial	97
3.6.2	Documentos em poder do réu	98
3.6.3	Ausência de documentos indispensáveis	99
3.6.4	Documentos originais e em cópia	99
3.7	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	100
3.8	Outros requisitos	100
3.9	Registro e distribuição	102
3.10	Irregularidades na petição inicial	102
4.	Juízo de admissibilidade da petição inicial	102
4.1	Juízo de admissibilidade positivo: recebimento da petição inicial	103
4.1.1	Citação	104
4.1.1.1	Efeitos materiais da citação	104
4.1.1.2	Efeitos processuais da citação	108
4.1.2	Recurso do recebimento da inicial	109
4.2	Juízo de admissibilidade neutro: emenda da petição inicial	110
4.2.1	Prorrogação do prazo	111
4.2.2	Emendas sucessivas	112
4.3	Juízo de admissibilidade negativo: rejeição da petição inicial	112
4.3.1	Indeferimento da petição inicial	112
4.3.2	Regime recursal	115

4.3.3	Improcedência liminar do pedido	118
4.3.3.1	Regime recursal	120
4.3.4	Juízo de admissibilidade negativo da petição inicial e extinção parcial do processo	121
5.	Audiência de conciliação ou de mediação	121
5.1	Não realização	124
5.2	Dinâmica	127
6.	Contestação, reconvenção, revelia e outros comportamentos do réu	129
6.1	Contestação	130
6.1.1	Princípios regentes	131
6.1.2	Prazo	132
6.1.3	Defesas processuais.....	134
6.1.3.1	Inexistência ou nulidade da citação	136
6.1.3.2	Incompetência absoluta e relativa	136
6.1.3.3	Incorreção do valor da causa	138
6.1.3.4	Inépcia da petição inicial	139
6.1.3.5	Perempção.....	140
6.1.3.6	Litispendência e coisa julgada.....	140
6.1.3.7	Conexão.....	141
6.1.3.8	Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização	141
6.1.3.9	Convenção de arbitragem.....	141
6.1.3.10	Ausência de legitimidade ou de interesse processual.....	143
6.1.3.11	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar	145
6.1.3.12	Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça	145
6.1.3.13	Outras preliminares.....	146
6.1.4	Defesas substanciais.....	146
6.2	Reconvenção	150
6.2.1	Reconvenção como pedido do réu	151
6.2.2	Reconvenção, ação díplice e pedido contraposto	155
6.2.3	Pressupostos	156
6.2.4	Reconvenção e intervenção de terceiros.	158

6.2.5	Procedimento	159
6.2.6	Julgamento	163
6.3	Revelia.....	164
6.4	Outros comportamentos do réu.....	167
6.4.1	Limitação do litisconsórcio	169
6.4.2	Denunciação da lide	170
6.4.3	Chamamento ao processo.....	170
6.4.4	Incidente de falsidade documental.....	170
6.4.5	Exibição de documento ou coisa.....	171
6.4.6	Reconhecimento da procedência do pedido.....	171
6.5	Dinâmica das respostas do réu	172

Capítulo 3

Fase ordinatória.....	173	
1.	Considerações iniciais.....	173
2.	Providências preliminares.....	174
2.1	Contestação.....	176
2.2	Reconvenção	178
2.3	Revelia.....	179
2.4	Limitação do litisconsórcio	181
2.5	Denunciação da lide e chamamento ao processo	182
2.6	Incidente de falsidade documental	182
2.7	Exibição de documento ou coisa	183
2.8	Reconhecimento jurídico do pedido.....	183
3.	Julgamento conforme o estado do processo.....	184
3.1	Extinção do processo.....	185
3.1.1	Extinção sem resolução de mérito.....	185
3.1.2	Extinção com resolução de mérito	186
3.1.3	Extinção parcial.....	187
3.2	Julgamento antecipado do mérito	188
3.2.1	Suficiência de provas	189
3.2.2	Revelia.....	190
3.2.3	Relações com a tutela provisória	191

3.3	Julgamento antecipado parcial do mérito	192
3.3.1	Hipóteses.....	193
3.3.2	Cumprimento.....	194
3.3.3	Peculiaridades recursais	197
3.3.4	Dinâmica.....	199
3.4	Saneamento e organização do processo	200
3.4.1	Esclarecimentos e ajustes na decisão de saneamento e organização	204
3.4.2	Delimitação consensual das questões de fato e de direito.....	206
3.4.3	Audiência de saneamento (saneamento cooperativo)	207
3.4.4	Prova testemunhal.....	209
3.4.5	Prova pericial.....	210
4.	Estabilização da demanda	211

Capítulo 4

Fase instrutória.....	213	
1.	Considerações iniciais	213
2.	Direito probatório	213
2.1	Prova: conceito, delimitação e classificações	214
2.2	Prova e cognição judicial.....	215
2.3	Natureza jurídica das regras sobre provas	219
2.4	Sistemas de avaliação da prova	221
2.5	Presunções e indícios	222
2.6	Princípios relativos às provas.....	224
2.7	Onus da prova.....	230
2.8	Objeto da prova	233
2.9	Dinâmica da prova	234
2.9.1	Especialmente a produção da prova.....	235
2.9.1.1	Prova emprestada	235
2.9.1.2	Prova “fora de terra”	237
2.9.1.3	Produção antecipada de prova	238
2.10	Direito intertemporal.....	242
3.	Meios de prova.....	243
3.1	Ata notarial.....	244

3.2	Depoimento pessoal	245
3.2.1	Depoimento pessoal propriamente dito	246
3.2.2	Interrogatório	247
3.2.3	Depoimento pessoal por iniciativa da parte	248
3.2.4	Produção	248
3.2.5	Recusa	251
3.3	Confissão	251
3.3.1	Classificação	252
3.3.2	Produção	253
3.3.3	Efeitos	253
3.3.4	Indivisibilidade	254
3.3.5	Irrevogabilidade e anulação	255
3.4	Exibição de documento ou coisa	256
3.4.1	Natureza jurídica	258
3.4.2	Exibição requerida em face da parte contrária.....	259
3.4.3	Exibição requerida em face de terceiro.....	261
3.4.4	Exibição determinada de ofício.....	263
3.5	Prova documental.....	263
3.5.1	Força probante dos documentos	266
3.5.1.1	Documentos públicos e privados	266
3.5.1.2	Documentos autênticos e não autênticos. Cópias de documentos	268
3.5.1.3	Documentos autógrafos e heterógrafos	270
3.5.2	Produção	271
3.5.3	Arguição de falsidade.....	272
3.6	Documentos eletrônicos	275
3.7	Prova testemunhal.....	276
3.7.1	Admissibilidade	277
3.7.2	Testemunhas	278
3.7.3	Produção	280
3.7.4	Intimação	281
3.7.5	Inquirição.....	282
3.7.6	Casos excepcionais de oitiva das testemunhas	283

3.8	Prova pericial	284
3.8.1	Perito e sua nomeação	286
3.8.2	Assistentes técnicos	288
3.8.3	Produção	289
3.8.4	Avaliação	291
3.8.5	Perícia consensual	291
3.8.6	Despesas com a perícia	292
3.9	Inspeção judicial	293
3.9.1	Objeto	295
3.9.1.1	Confronto com a perícia	295
3.9.2	Produção	296
3.9.2.1	Incidência do princípio da identidade física do juiz	297
3.9.3	Contraditório prévio	298
4.	Audiência de instrução e julgamento	298
4.1	Abertura e adiamento da audiência	301
4.2	Instrução e debates	303
4.3	Julgamento	305
4.4	Documentação	305
Capítulo 5		
	Fase decisória	307
1.	Considerações iniciais	307
2.	Sentença	308
2.1	Os possíveis conteúdos da sentença	309
2.1.1	Sentenças terminativas (art. 485)	310
2.1.1.1	Indeferimento da petição inicial	311
2.1.1.2	Paralisação e abandono do processo	312
2.1.1.3	Ausência de pressupostos processuais de existência ou de validade e presença de pressupostos processuais negativos	
	314	
2.1.1.4	Irregularidade no exercício do direito de ação	314
2.1.1.5	Desistência	316
2.1.1.6	Intransmissibilidade do direito	318
2.1.1.7	Outros casos	318

2.1.1.8	Atuação oficiosa do magistrado	319
2.1.1.9	Peculiaridade recursal	320
2.1.1.10	Repropositura.....	321
2.1.2	Sentenças definitivas.....	322
2.1.2.1	Acolhimento ou rejeição do pedido	323
2.1.2.2	Decadência ou prescrição	324
2.1.2.3	Homologação de atos dispositivos ou autocompositivos..	324
2.1.2.3.1	Reconhecimento da procedência do pedido ...	325
2.1.2.3.2	Transação	325
2.1.2.3.3	Renúncia à pretensão	326
2.2	Possibilidade de julgamento de mérito	327
2.3	Sentença como ato processual	328
2.3.1	Especialmente o dever de fundamentação	330
2.3.2	Interpretação	333
2.3.3	Outros elementos da sentença	333
2.3.4	Ausência de elementos.....	334
2.4	Capítulos da sentença.....	335
2.5	Correlação entre pedido e sentença	336
2.5.1	Pedido certo e sentença ilíquida.....	338
2.5.2	Sentença e relação jurídica condicional.....	339
2.5.3	Vícios decorrentes da falta de correlação	340
2.6	Fatos (e direito) novos.....	341
2.6.1	Fato novo e autor	342
2.6.2	Fato novo e réu	344
2.6.3	Direito novo	344
2.6.4	Aplicação do art. 493 no âmbito dos Tribunais.....	344
2.6.5	Art. 493 e sucumbência.....	345
2.7	Princípio da invariabilidade da sentença.....	345
2.7.1	Inexatidões materiais ou erros de cálculo	346
2.7.2	Embargos de declaração	347
2.7.3	Embargos de declaração e erros materiais ou de cálculo.....	348
2.7.4	Outras hipóteses.. ..	348
2.8	Efeitos principais da sentença.....	348
2.8.1	Julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer	

e de entregar coisa	350
2.8.1.1 Prestações de fazer ou não fazer.....	351
2.8.1.2 Prestações de entrega de coisa	351
2.8.1.3 Conversão em perdas e danos.....	352
2.8.2 Sentença e emissão de declaração de vontade	353
2.9 Efeitos anexos.....	354
2.9.1 Hipoteca judiciária	355
2.9.2 Outros efeitos anexos da sentença.....	356
2.10 Efeitos reflexos	358
3. Coisa julgada.....	358
3.1 Indiscutibilidade (função negativa e positiva) e imutabilidade	360
3.2 Decisões sujeitas à coisa julgada	361
3.3 Da coisa julgada formal e material à coisa julgada com eficácia interna e externa	362
3.4 Limites objetivos	365
3.4.1 Coisa julgada e questões prejudiciais. A insubstancialidade da chamada “ação declaratória incidental”.....	367
3.4.2 Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	371
3.4.3 Justiça da decisão	372
3.5 Limites subjetivos.....	373
3.6 Limites temporais.....	375
3.7 Técnicas de contraste	378
3.7.1 Relativização.....	379

Parte II

Ordem dos processos e processos de competência originária dos Tribunais

Capítulo 1

Direito jurisprudencial	385
1. Considerações iniciais	385
2. Alcance dos arts. 926 a 928.....	386
3. Nomenclatura empregada e nomenclatura proposta	392

3.1	Direito jurisprudencial	398
4.	A dinâmica dos indexadores jurisprudenciais.....	402
 4.1	Lembrando de regras descartadas.....	406
5.	Em especial o processo de formação dos indexadores jurisprudenciais.....	410
6.	Julgamento de casos repetitivos.....	413
 Capítulo 2		
Ordem dos processos nos Tribunais.....		415
1.	Considerações iniciais	415
2.	Registro, distribuição e conclusão.....	415
3.	Deveres-poderes do relator.....	417
4.	Preparativos para o julgamento	419
5.	Sustentação oral	420
6.	Dinâmica e documentação dos julgamentos	422
7.	Técnica de colegiamento da decisão não unânime (art. 942)	426
 Capítulo 3		
Incidente de assunção de competência		431
1.	Considerações iniciais	431
2.	Pressupostos e finalidade.....	431
3.	Competência	433
4.	Legitimidade e instauração.....	433
5.	Julgamento.....	434
6.	Consequências do julgamento.....	435
7.	Revisão da tese	436
8.	Recursos.....	436
 Capítulo 4		
Incidente de arguição de constitucionalidade.....		437
1.	Considerações iniciais	437
2.	Legitimidade e oportunidade para arguição do incidente	439
3.	Admissão ou inadmissão do incidente.....	440
 3.1	Dispensa.....	441
 3.1.1	Oitiva do Ministério Público	444

4.	Procedimento.....	445
 4.1	Instrução.....	445
5.	Julgamento e consequências.....	446
 Capítulo 5		
Conflito de competência.....		449
1.	Considerações iniciais	449
2.	Instauração e legitimidade.....	450
3.	Competência.....	452
4.	Contraditório	453
5.	Suspensão	453
6.	Julgamento e consequências.....	454
 Capítulo 6		
Homologação de decisão estrangeira e <i>exequatur</i>.....		455
1.	Considerações iniciais	455
2.	Abrangência.....	456
3.	Homologação de medidas de urgência	457
4.	Elementos para a homologação	458
5.	Procedimento.....	460
6.	Cumprimento	462
 Capítulo 7		
Ação rescisória		465
1.	Considerações iniciais	465
2.	Natureza jurídica.....	465
3.	Requisito genérico.....	466
 3.1	Esgotamento da esfera recursal	468
4.	Legitimidade	469
5.	Petição inicial.....	471
 5.1	Cumulação de pedidos.....	473
 5.2	Recolhimento de multa prévia.....	474
 5.3	Juízo de admissibilidade	477
 5.3.1	Recurso diante do juízo negativo de admissibilidade	478

6.	Hipóteses de cabimento	479
6.1	Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.....	480
6.2	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente	481
6.3	Dolo ou coação da parte vencedora em detrimento da vencida ou simulação ou colusão das partes a fim de fraudar a lei	482
6.4	Ofensa à coisa julgada	483
6.5	Violação manifesta a norma jurídica	484
6.6	Falsidade de prova	488
6.7	Prova nova	489
6.8	Erro de fato	490
6.9	Fundamentos insubsistentes.....	492
7.	Tutela provisória.....	494
8.	Citação e defesa.....	495
9.	Procedimento	496
9.1	Saneamento e organização do processo	496
9.2	Fase instrutória	496
9.3	Fase decisória	497
9.3.1	<i>Judicium rescindens e judicium rescissorium</i>	497
9.3.2	Destinação do depósito prévio	498
9.3.3	Rescisão e honorários advocatícios arbitrados anteriormente	499
10.	Recursos cabíveis	499
11.	Prazo.....	500
11.1	Prazos diferenciados	501
11.2	Natureza do prazo	503
11.3	Fluência	503
11.4	Decadência intercorrente	505
11.5	Sucessivas ações rescisórias	505

Capítulo 8

Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	507	
1.	Considerações iniciais.....	507
2.	Notas de processo legislativo.....	508
3.	Feição e pressupostos de admissibilidade.....	508

4.	Legitimados.....	510
5.	Ofício ou petição de instauração	511
6.	Admissibilidade	512
7.	Atitudes do relator	514
7.1	Suspensão dos processos	514
7.1.1	A suspensão requerida ao STJ ou ao STF	516
7.2	Instrução.....	519
8.	Julgamento.....	521
8.1	Abrangência	522
8.2	Consequências	524
8.3	Divulgação	526
8.4	Prazo.....	527
9.	Revisão da tese	528
10.	Recurso extraordinário e recurso especial.....	530

Capítulo 9

Reclamação	533	
1.	Considerações iniciais	533
2.	Natureza jurídica.....	533
3.	Hipóteses de cabimento	535
3.1	Relação com outros recursos ou técnicas de impugnação a decisões judiciais	539
4.	Competência, legitimidade e petição inicial.....	539
5.	Atitudes do relator e procedimento	540
6.	Julgamento e sua efetivação.. ..	541
7.	Recursos.....	542

Parte III

Recursos

Capítulo 1

Teoria geral dos recursos.....	545	
1.	Considerações iniciais	545
2.	Natureza jurídica.....	545

3.	Definição.....	547
4.	Classificação.....	548
4.1	Recursos totais ou parciais	548
4.2	Recursos de fundamentação livre ou de fundamentação vinculada	549
4.3	Recursos ordinários ou extraordinários.....	550
4.4	Recursos principal ou adesivo	550
5.	Princípios.....	552
5.1	Duplo grau de jurisdição.....	553
5.2	Colegialidade.....	553
5.3	Reserva de plenário	554
5.4	Taxatividade	555
5.5	Unirrecorribilidade.....	556
5.6	Correlação.....	556
5.7	Fungibilidade.....	558
5.8	Voluntariedade	560
5.9	Dialecticidade	560
5.10	Recorribilidade temperada das interlocutórias	562
5.11	Consumação.....	562
5.12	Complementariedade	563
5.13	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	563
6.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	564
6.1	Natureza declaratória do juízo de admissibilidade.....	566
6.2	Juízo de admissibilidade.....	569
6.2.1	Cabimento.....	570
6.2.2	Legitimidade	572
6.2.2.1	Partes	572
6.2.2.2	Terceiro	572
6.2.2.3	Ministério Público	574
6.2.2.3.1	Defensoria Pública	574
6.2.3	Interesse	575
6.2.4	Tempestividade	576
6.2.5	Regularidade formal	579
6.2.6	Preparo.....	580
6.2.6.1	Dispensa de preparo	581

6.2.6.2	Preparo insuficiente e não recolhimento	582
6.2.7	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo.....	583
6.2.8	Certificação da não interposição de recurso ou de juízo negativo de admissibilidade	585
6.3	Juízo de mérito.....	586
6.3.1	<i>Erros in procedendo e errores in judicando</i>	587
7.	Efeitos dos recursos.....	588
7.1	Efeito obstativo.....	588
7.2	Efeito suspensivo.....	589
7.3	Efeito regressivo	593
7.4	Efeito diferido .. .	594
7.5	Efeito devolutivo	594
7.6	Efeito translativo	596
7.7	Efeito expansivo	598
7.7.1	● art. 1.013, §§ 3º e 4º	600
7.8	Efeito substitutivo	603

Capítulo 2

Apelação	605	
1.	Considerações iniciais	605
2.	Cabimento	605
2.1	Fungibilidade.....	608
3.	Regularidade formal	609
3.1	Apresentação de novos fatos.....	611
4.	Procedimento.....	612
5.	Efeitos.....	613
5.1	Efeito suspensivo.....	614
5.1.1	Homologação de divisão e demarcação	614
5.1.2	Pagamento de alimentos	616
5.1.3	Embargos à execução.....	617
5.1.3.1	Embargos à ação monitória.....	618
5.1.4	Pedido de instituição de arbitragem.....	618
5.1.5	Confirmação, concessão ou revogação de tutela provisória	619
5.1.6	Interdição	621

5.1.7	Atribuição <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	621
5.1.8	Retirada <i>ope judicis</i> do efeito suspensivo	622
5.2	Efeito devolutivo.....	623
5.3	Efeito translativo	623
5.4	Efeito expansivo	624
6.	Processamento no Tribunal	625
7.	Apelação e juízo negativo de admissibilidade da petição inicial...	626
 Capítulo 3		
	Agravo de instrumento.....	627
1.	Considerações iniciais	627
2.	Cabimento	628
2.1	Tutela provisória.....	632
2.2	Mérito do processo.....	632
2.3	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem.....	633
2.4	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação.....	634
2.5	Exibição ou posse de documento ou coisa	635
2.6	Litisconsórcio	635
2.7	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	636
2.8	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	636
2.9	Redistribuição do ônus da prova	637
2.10	Outros casos.....	638
2.11	Liquidação, cumprimento de sentença, processo de execução e inventário.	638
2.12	Uma reflexão necessária	640
3.	Interposição	641
3.1	Formação do instrumento	644
4.	Apresentação na primeira instância	646
5.	Processamento e julgamento	648
 Capítulo 4		
	Agravo interno	653
1.	Considerações iniciais	653

2.	Cabimento	654
3.	Petição de interposição	655
4.	Prazo	656
5.	Julgamento	657
5.1	Sustentação oral	657
5.2	Aplicação de multa	657
6.	Recursos cabíveis e outros meios de controle	659

Capítulo 5

Embargos de declaração	661	
1.	Considerações iniciais	661
2.	Hipóteses de cabimento	662
3.	Interposição	665
4.	Prazo	667
5.	Contraditório	668
6.	Efeitos	668
6.1	Efeito suspensivo	669
6.2	Efeito devolutivo	670
6.3	Efeito translativo	670
6.4	Efeito regressivo	670
6.4.1	Um desdobramento	671
7.	Julgamento	672
8.	Multa	674
9.	Embargos de declaração e prequestionamento	676

Capítulo 6

Recurso ordinário	679	
1.	Considerações iniciais	679
2.	Hipóteses de cabimento	679
2.1	Recurso ordinário e a “tutela jurisdicional das liberdades públicas das diversas gerações”	680
2.2	Causas que envolvem Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa residente ou domiciliada no País	683
3.	Efeitos	685

4.	Procedimento.....	687
5.	Julgamento.....	689
Capítulo 7		
Recurso extraordinário e recurso especial.....		691
1.	Considerações iniciais	691
2.	Hipóteses de cabimento	692
2.1	Causa decidida (prequestionamento).....	693
2.1.1	● art. 1.025 do CPC.....	702
2.2	Única ou última instância	703
3.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso extraordinário.....	705
3.1	Contrariar dispositivo da Constituição Federal.....	705
3.2	Declarar a constitucionalidade de lei ou tratado federal	707
3.3	Validade de lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	708
3.4	Validade de lei local contestada em face de lei federal	708
3.5	Repercussão geral	709
3.5.1	A disciplina infraconstitucional da repercussão geral	710
3.5.2	● processo de identificação da repercussão geral	712
3.5.3	Após o reconhecimento da repercussão geral.....	713
4.	Hipóteses específicas de cabimento do recurso especial.....	715
4.1	Contrariar ou negar vigência a lei federal.....	716
4.2	Validade de ato de governo local confrontado com lei federal.....	718
4.3	Recurso especial pela divergência jurisprudencial.....	719
5.	Petição de interposição.....	720
5.1	Recurso especial fundado na divergência jurisprudencial	723
5.2	Prazo.....	725
6.	Interposição e atividade no Tribunal <i>a quo</i>.....	727
6.1	Interposição simultânea	730
6.2	Reenvio	732
7.	Efeitos.....	734
7.1	Efeito translativo	734
7.2	Efeito suspensivo.....	738

8. Julgamento.....	739
9. Recursos extraordinário e especial repetitivos.....	741
9.1 Identificação da ocorrência de recursos múltiplos e sua seleção	742
9.2 Suspensão dos processos determinada pelo TJ e TRF	743
9.3 Decisão de afetação	744
9.4 Suspensão dos processos determinada pelos Tribunais Superiores.....	747
9.4.1 Suspensão no caso do incidente de resolução de demanda repetitiva ...	750
9.5 Preparação para julgamento	750
9.6 Julgamento e consequências	753
9.6.1 No Supremo Tribunal Federal e no Superior Tribunal de Justiça	753
9.6.2 Nos Tribunais de Justiça, nos Tribunais Regionais Federais e na primeira instância.....	753
9.7 Manutenção do acórdão recorrido	758
9.8 Julgamento de outras questões perante o tribunal de origem.....	759

Capítulo 8

Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	761
1. Considerações iniciais	761
2. Hipótese de cabimento	761
3. Interposição.....	763
4. Prazo	765
5. Processamento	765

Capítulo 9

Embargos de divergência.....	767
1. Considerações iniciais	767
2. Hipóteses de cabimento	768
2.1 Prova e demonstração da divergência	772
3. Efeitos.....	774
4. Procedimento.....	774
5. Julgamento.....	776

Capítulo 10

Sucedâneos recursais.....	779
----------------------------------	-----

1.	Considerações iniciais	779
2.	Remessa necessária.....	780
2.1	Ineficácia da sentença proferida contra o Poder Público	782
2.2	Remessa necessária e contraditório	783
2.3	Hipóteses de cabimento.....	784
2.4	Hipóteses de dispensa	785
2.5	Relação com outros recursos e com o art. 942	787
2.6	Remessa necessária e <i>reformatio in pejus</i>	789
3.	Ação anulatória (art. 966, § 4º)	790
3.1	Hipóteses de cabimento.....	792
3.2	Procedimento	793
4.	Pedido de suspensão	794
4.1	Dinâmica.....	796
5.	Mandado de segurança contra ato judicial.....	800
5.1	Hipóteses de cabimento.....	801
5.1.1	A hipótese do art. 5º, II, da LMS	802
5.1.2	A hipótese do art. III, da LMS	806
5.2	Mandado de segurança contra ato judicial e recurso cabível	806
5.3	Procedimento	807
6.	Pedido de reconsideração	809
6.1	Natureza jurídica	809
6.2	Pedido de reconsideração e preclusão.....	810
6.3	O futuro do pedido de reconsideração.....	810
7.	Correição parcial	810
7.1	Natureza jurídica.....	810
7.2	Previsões normativas	811
7.3	O papel a ser desempenhado pela correição parcial	812
<i>Bibliografia citada e consultada</i>		815
<i>Sites consultados</i>		831

Cassio SCARPINELLA Bueno

volumen

3

10^a edição
revista, atualizada e ampliada

2021

**Curso
Sistematizado
de Direito
Processual Civil**

Tutela Jurisdicional Executiva

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva

Av. Paulista, 901, 3º andar
Belas Artes - São Paulo - SP - CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@somoseducacao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin

Direção editorial Renata Pascual Müller

Gerência de projetos e produção editorial Fernando Penteado

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dália Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Daniel Pavani Naveira

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Clanelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraíso Buldini Filogônio
Marília Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação e revisão Kalima Editores
Capa Danilo Zanotti / Aero Comunicação
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Gráfica Paym

Editor, Cassio Scarpinella

Conteúdo sistematizado de direito processual civil: tutela jurisdicional executiva - vol. 3 / Cassio Scarpinella Bueno. - 10. ed.
- São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

720 p.

Identificação

ISBN 978-65-5559-386-0 (impresso)

1. Processo civil - Brasil. 2. Tutela jurisdicional. 3. Execução (Direito civil) - Brasil. I. Título.

20-0739

CDD 344.6

CDU 347.9(81)(094)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Processo civil

Data de fechamento da edição: 4-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 608005 CAE 751003

Sumário

<i>Nota introdutória às novas edições após o CPC de 2015.....</i>	29
<i>Nota prévia às edições de 2021 do Curso sistematizado</i>	35
<i>Nota prévia às edições de 2020 do Curso sistematizado</i>	39
<i>Abreviaturas</i>	43

Parte I Liquidação

Capítulo 1

Liquidação como etapa de processo	49
1. Considerações iniciais	49
2. Natureza jurídica.....	51
3. Nomenclatura	54
4. Localização do instituto.....	56

Capítulo 2

Modalidades e regime jurídico	59
1. Considerações iniciais	59
2. Requerimento para início	62
3. Liquidação parcial.....	63
4. Cálculo aritmético	64
 4.1 Atualização financeira e CNJ	64
5. Limites cognitivos da liquidação.....	65
 5.1 A “liquidação-zero”	69
6. Liquidação por arbitramento	71
7. Liquidação pelo procedimento comum	73
8. Natureza da decisão e respectivo recurso na liquidação.....	76

9. Coisa julgada	81
10. Despesas e custas	81
11. Honorários advocatícios	82
12. Nos casos de memória de cálculo	84
13. Liquidação provisória	85

Parte II

Aspectos gerais da concretização da tutela jurisdicional executiva

Capítulo 1

Classificação e princípios.....	91
1. Considerações iniciais	91
1.1 Plano de trabalho	95
2. Classificação.....	96
2.1 Quanto à origem do título executivo	96
2.1.1 As regras de reenvio dos arts. 513, <i>caput</i>, e 771	97
2.2 Quanto à estabilidade do título executivo.....	98
2.3 Quanto à modalidade da obrigação	98
2.3.1 Quanto à origem da dívida	99
2.3.2 Quanto à solvabilidade do devedor.....	99
2.4 Quanto aos efeitos.....	100
3. Princípios.....	102
3.1 Do princípio da autonomia ao princípio do sincretismo	102
3.2 Princípio do título executivo	103
3.3 Princípio da patrimonialidade	105
3.4 Princípio da disponibilidade.....	106
3.5 Princípio da adequação	108
3.6 Do princípio da tipicidade ao da atipicidade dos atos executivos.....	108
3.7 Princípios do resultado e da menor gravosidade ao executado: a concretização equilibrada da tutela jurisdicional executiva.....	110
3.8 Princípio da lealdade: os atos atentatórios à dignidade da justiça	111
3.8.1 Cobrança de multas ou indenizações pela litigância de má-fé	113
3.9 Princípio da responsabilidade.....	114

Capítulo 2

O processo ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva.....	117
1. Considerações iniciais	117
2. Competência.....	120
2.1 Competência na etapa de cumprimento de sentença	121
2.2.1 Opções do exequente	122
2.2.2 Competência na execução fundada em título extrajudicial.....	124
3. Petição inicial.....	125
3.1 Cumulação de pedidos.....	129
3.2 Elementos da postulação	130
3.3 Certidão de “admissibilidade da execução”.....	130
3.3.1 O “ajuizamento da execução”	131
3.3.2 Uma faculdade para o exequente	132
3.3.3 Elementos da certidão	133
3.3.4 Averbação e não registro	133
3.3.5 A comunicação da averbação	133
3.3.6 Cancelamento das averbações.....	134
3.3.7 Fraude à execução	135
3.3.8 Responsabilização do exequente	136
4. Suspensão das atividades executivas.....	137
5. Decisões.....	140
6. Recursos.....	142
7. Procedimento.....	143

Capítulo 3

O exercício do direito de ação ao ensejo da concretização da tutela jurisdicional executiva	145
1. Considerações iniciais	145
2. Legitimidade das partes.....	147
2.1 Pluralidade de partes e intervenção de terceiros.....	152
3. Interesse de agir	154
4. O “mérito” e a possibilidade de seu julgamento.....	159

Capítulo 4

Título executivo	163
1. Considerações iniciais	163
2. Obrigaçāo certa, exigível e líquida.....	164
3. O título executivo como prova de uma obrigāção certa, exigível e líquida.....	166
3.1 Eficácia abstrata do título executivo.....	170
3.2 Título executivo e “ação relativa ao débito”	171
4. Títulos executivos judiciais	172
4.1 Decisão que reconhece exigibilidade da obrigāção.....	172
4.2 Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	176
4.3 Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial	177
4.4 Formal e certidão de partilha.....	177
4.5 Crédito de auxiliar da Justiça.....	178
4.6 Sentença penal condenatória transitada em julgado	180
4.7 Sentença arbitral.....	182
4.8 Sentença e decisão interlocutória estrangeiras	185
4.9 Acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo (regra vetada)	185
4.10 Citação para início da etapa de liquidação ou de cumprimento	186
4.10.1 Em outros casos.....	188
5. Títulos executivos extrajudiciais.....	189
5.1 Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque	189
5.2 Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor	191
5.3 Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas ..	191
5.4 Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado por tribunal	192
5.5 Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução	193
5.6 Contrato de seguro de vida em caso de morte	194
5.7 Crédito decorrente de foro e laudêmio	195
5.8 Crédito de aluguel de imóvel e encargos acessórios	195
5.9 Certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei	196

5.10	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício	196
5.11	Certidão de serventia notarial ou registral.....	197
5.12	A norma de encerramento	198
5.13	Titulos executivos extrajudiciais estrangeiros.....	201

Capítulo 5

Cumprimento provisório	203
1. Considerações iniciais	203
2. Nomenclatura	203
3. Conceito e espécies (cumprimento provisório <i>ope legis</i> e <i>ope judicis</i>)	206
4. Regime do cumprimento provisório	210
5. Prestação da caução.....	212
6. Impugnação	213
7. Incidência de multa no caso de não pagamento.....	215
8. Honorários de advogado	216
9. Retorno ao estado anterior	218
10. Outras modalidades obrigacionais	219
11. Duas situações peculiares	220
12. Cumprimento provisório e Fazenda Pública	222
13. Execução provisória e título executivo extrajudicial.....	224
14. Dispensa da caução	225
14.1 Manutenção da caução	228
15. Documentação para o cumprimento provisório.....	229
16. Momento de formulação do requerimento	232
17. Flexibilização dos atos executivos	233
17.1 Cumprimento de decisões concessivas de tutela provisória.....	235

Parte III

Técnicas executivas relativas à obrigação de pagar quantia certa

Capítulo 1

Com base em título judicial	241
--	------------

1.	Considerações iniciais	241
2.	Nomenclatura	244
3.	Formação, suspensão e extinção da etapa de cumprimento da sentença	245
4.	Finalidade	246
5.	Início da etapa de cumprimento de sentença	247
5.1	Requerimento do exequente	249
5.2	Iniciativa do exequente para a etapa de cumprimento da sentença	251
5.3	Intimação e suas modalidades	252
5.4	Inércia no início da etapa de cumprimento e prescrição	255
6.	Legitimidade passiva para o cumprimento de sentença	260
7.	Comparecimento espontâneo	261
8.	Cumprimento de sentença por iniciativa do executado	262
8.1	Legitimidade	263
8.1.1	Nos casos em que a Fazenda Pública é devedora	264
8.2	A iniciativa do devedor	264
8.3	Contradictório e consequências	266
8.4	Críticas ao art. 526	267
8.5	Ausência de manifestação do credor	268
8.6	Outras modalidades obrigacionais	268
8.7	O art. 526 e a “garantia da execução”	269
9.	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa	269
9.1	Iniciativa do exequente	270
9.2	O requerimento para início da etapa de cumprimento da sentença	273
9.2.1	Demonstrativo discriminado e atualizado do crédito	274
9.2.1.1	Discordância do executado com o valor indicado pelo exequente	276
9.2.1.2	Cálculos excessivos	276
9.2.1.3	Dispersão dos elementos para elaboração do demonstrativo	277
9.2.1.4	Hipótese de atuação da Defensoria Pública	279
9.3	Pagamento voluntário	280
9.4	Incidência da multa	282
9.5	Pagamento parcial	283

9.6	Depósito	283
9.7	Não pagamento e início dos atos executivos	285
9.8	Fluência do prazo para pagamento	286
10.	Protesto de decisão judicial transitada em julgado	288
10.1	Lavratura do protesto	290
10.2	Protesto e ação rescisória	291
10.3	Cancelamento do protesto	292
10.4	Protesto de decisão não transitada em julgado	293
10.5	Sustação do protesto	295
10.6	Negativação do executado	296

Capítulo 2

Com base em título extrajudicial	299	
1.	Considerações iniciais	299
2.	Petição inicial	299
3.	Citação	300
3.1	O mandado de citação	301
3.2	Arresto de bens	303
4.	Pagamento	304
4.1	Fluência do prazo para pagamento	305
5.	Penhora e avaliação de bens	306
5.1	Indicação de bens à penhora pelo exequente	307
5.2	Intimação do executado para indicação de bens à penhora	307
5.3	Intimação da penhora	309
5.4	Outras intimações	310

Capítulo 3

Responsabilidade patrimonial	311	
1.	Considerações iniciais	311
2.	Débito e responsabilidade	312
3.	Bens do sucessor a título singular	313
4.	Os bens do sócio	314
5.	Os bens do devedor em poder de terceiros	316

6.	Bens do cônjuge ou do companheiro.....	316
7.	Fraude à execução.....	319
7.1	Hipóteses	319
7.2	Registro,	321
7.3	Contraditório prévio.....	323
8.	Fraude a credores.....	323
9.	Responsável nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	324

Capítulo 4

Penhora.....	327	
1.	Considerações iniciais	327
2.	Impenhorabilidade absoluta.....	327
2.1	Bens inalienáveis e os não sujeitos à execução	328
2.2	Móveis.....	329
2.3	Vestuários e pertences de uso pessoal	330
2.4	Valores destinados à subsistência do executado	330
2.5	Bens para o exercício da profissão	333
2.6	Seguro de vida.....	333
2.7	Obras em andamento	333
2.8	Pequena propriedade rural	334
2.9	Recursos públicos.....	334
2.10	Depósitos em caderneta de poupança.....	335
2.11	Recursos públicos do fundo partidário	336
2.12	Créditos de alienação de unidades imobiliárias.....	337
2.13	Crédito para aquisição do bem	337
3.	Impenhorabilidade relativa.....	338
4.	A ordem da penhora	339
4.1	Dinheiro.....	340
4.1.1	Efetivação	340
4.1.1.1	Penhora em dinheiro	342
4.1.1.2	Iniciativa do exequente.....	343
4.1.1.3	Possibilidade de a penhora on line ser feita imediatamente.....	344
4.1.1.4	Dispensa de prévio contraditório.....	344

4.1.1.5	O sistema eletrônico empregado	345
4.1.1.6	Límite da indisponibilidade	346
4.1.1.7	O contraditório após a indisponibilização	347
4.1.1.7.1	Tutela de terceiro	348
4.1.1.8	Conversão em penhora	348
4.1.1.9	Cancelamento da indisponibilidade	349
4.1.1.10	Responsabilidade da instituição financeira	349
4.1.1.11	Penhora eletrônica de outros bens	350
4.1.1.12	Quando se tratar de partidos políticos	351
4.2	Títulos da dívida pública	351
4.3	Títulos e valores mobiliários	351
4.4	Veículos	351
4.5	Bens imóveis	351
4.6	Bens móveis	354
4.6.1	Frutos e rendimentos de coisa imóvel ou móvel	354
4.7	Semoventes	355
4.8	Navios e aeronaves	356
4.9	Ações e quotas sociais	356
4.9.1	Efetivação	357
4.10	Faturamento de empresa	358
4.10.1	Efetivação	359
4.10.2	Penhora de empresa e outros estabelecimentos	360
4.10.2.1	Efetivação	360
4.11	Pedras e metais preciosos	361
4.12	Direitos aquisitivos de promessa de compra e venda e de alienação fiduciária em garantia	361
4.13	Outros direitos	361
4.13.1	Efetivação	362
4.14	Execução de crédito com garantia real	364
5.	Realização da penhora	365
5.1	Lugar	366
5.2	Auto de penhora	367

5.3	Depósito.....	367
 5.3.1	Devolução do bem.....	369
5.4	Intimações.....	370
5.5	Averbação.....	371
6.	Modificações da penhora.....	372
 6.1	Substituição.....	372
 6.1.1	Não observância da ordem legal	374
 6.1.2	Penhora sobre coisa certa.....	374
 6.1.3	Penhora de bens no foro da execução.....	374
 6.1.4	Penhora de bens já penhorados ou gravados.....	375
 6.1.5	Penhora de bens de baixa liquidez.....	375
 6.1.6	Nova penhora pela frustração de anterior alienação judicial.....	376
 6.1.7	Falta de cumprimento de deveres pelo executado.....	376
 6.1.8	Fiança bancária ou seguro	376
 6.1.9	Procedimento	377
 6.2	Redução ou ampliação.....	378
 6.3	Nova penhora.....	378
7.	Avaliação dos bens penhorados.....	379
 7.1	Desnecessidade de avaliação	380
 7.2	Avaliação	380
 7.3	Nova avaliação	381
8.	Atos antecedentes à expropriação dos bens penhorados.....	382
9.	Alienação antecipada.....	383

Capítulo 5

Mecanismos expropriatórios.....	385	
1.	Considerações iniciais	385
2.	Remição da execução	386
3.	Adjudicação	388
 3.1	Objeto da adjudicação	389
 3.2	Legitimidade para adjudicar	389
 3.2.1	Cônjugue, companheiro, ascendentes e descendentes.....	390
 3.2.2	Outros credores.....	391

3.2.3	Sócios	391
3.2.4	Pluralidade de pretendentes	392
3.3	Prazo	392
3.4	Contraditório	395
3.5	Valor e depósito	396
3.6	Deferimento	397
3.6.1	Auto de adjudicação	399
3.6.2	Carta de adjudicação e mandado de entrega do bem	399
3.7	Nova adjudicação	400
4.	Alienação	401
4.1	Alienação por iniciativa particular	401
4.1.1	Procedimento	402
4.1.2	Documentação	404
4.1.3	Regulamentação pelos Tribunais	404
4.2	Alienação em leilão judicial	405
4.2.1	Leiloeiro	406
4.2.2	Edital	407
4.2.2.1	Descrição do bem penhorado	408
4.2.2.2	Valor do bem, preço mínimo, condições de pagamento e comissão	408
4.2.2.3	Localização do bem	408
4.2.2.4	Modo e local de realização	409
4.2.2.5	Dia, local e hora de segundo leilão	409
4.2.2.6	Ônus, recursos e processos pendentes	409
4.2.2.7	Publicação do edital	411
4.2.3	Não realização do leilão	411
4.2.4	Intimações prévias	412
4.2.4.1	Especificamente o exequente com penhora averbada	414
4.2.4.2	Exequentes que tenham averbado a execução	414
4.2.4.3	Cônjugue ou companheiro	415
4.2.4.4	Modo de intimação	415
4.2.4.5	Descumprimento	415
4.2.4.5.1	Ausência de menção a ônus	417

4.2.5	Arrematação	417
 4.2.5.1	Legitimados para a arrematação	418
 4.2.5.1.1	Legitimidade do exequente	419
 4.2.5.2	Preço vil	420
 4.2.5.3	Diversidade de pretendentes	423
 4.2.5.4	Pagamento	423
 4.2.5.4.1	Não pagamento ou não prestação da caução ..	426
 4.2.5.4.2	Sub-rogação do fiador	427
 4.2.5.4.3	Pagamento por terceiro	427
 4.2.5.5	Alienação de parte de imóvel	427
 4.2.5.6	Alienação de imóvel de incapaz	428
 4.2.5.7	Suspensão da arrematação	429
 4.2.5.8	Auto de arrematação	430
 4.2.5.8.1	Ordem de entrega e carta de arrematação	431
 4.2.5.9	Carta de arrematação	431
 4.2.5.9.1	Conteúdo	432
 4.2.5.9.2	Bens móveis	432
 4.2.5.10	Remição do bem	433
 4.2.5.11	Irretratabilidade da arrematação	433
 4.2.5.12	Invalidação, ineficácia ou resolução da arrematação	434
 4.2.5.12.1	Invalidação	435
 4.2.5.12.2	Ineficácia	435
 4.2.5.12.3	Resolução	435
 4.2.5.12.4	Arguição	436
 4.2.5.13	Desistência da arrematação	437
5.	Apropriação de frutos e rendimentos de empresa ou de estabelecimentos e de outros bens	438
 5.1	Natureza jurídica	439
 5.2	Pressupostos para concessão	439
 5.2.1	Instante procedural para instituição	440
 5.2.2	Instituição	441
 5.2.3	Nomeação do administrador-depositário	442
 5.3	Alienação do bem	443

5.4	Recebimento de aluguéis	443
5.5	Locação do bem	444
5.6	Encerramento	444
 Capítulo 6		
Satisfação do crédito.....		447
1.	Considerações iniciais	447
2.	Entrega de dinheiro	448
2.1	Levantamento pelo exequente	449
2.2	Concurso singular de credores	450
2.3	Quitação do valor levantado	450
2.4	Cumprimento provisório.....	451
2.5	Vedaçāo de entrega de dinheiro	451
2.6	Suficiência do pagamento ao exequente	451
2.7	Insuficiência do pagamento	452
3.	Concurso singular de credores	452
3.1	Legitimados a participar	453
3.2	Ordem de preferência na perspectiva do plano material	454
3.3	Ordem de preferência na perspectiva do plano processual.....	456
3.4	Procedimento.....	457
3.5	Prazo	459
3.6	Encerramento	460
3.7	Credores não satisfeitos	461
4.	Extinção do processo	461
 Capítulo 7		
Obrigaçāo de prestar alimentos.....		463
1.	Considerações iniciais	463
2.	Dívida alimentar.....	465
2.1	Classificação dos alimentos.....	466
3.	Técnicas executivas	469
4.	Intimação do executado para pagar, comprovar ou justificar	470
4.1	Peculiaridades da intimação	473

4.2	Peculiaridades da fluênci a e da contagem do prazo	474
5.	Protesto	475
6.	Prisão civil	477
7.	Multa coercitiva.....	482
8.	Competência para o cumprimento	484
9.	Desconto em folha	484
9.1	Desconto sobre outras rendas e rendimentos.....	486
10.	Técnicas executivas tradicionais	486
11.	Tipos de alimentos tutelados.....	487
12.	Indícios da prática de crime de abandono material	489
13.	Constituição de capital	490
13.1	Dinâmica.....	491
13.2	Alteração das garantias	492
13.3	Salário mínimo como referência	492
13.4	Liberação das garantias.....	494
14.	Outros mecanismos executivos e alimentos indenizativos	494
15.	Em se tratando de título executivo extrajudicial	494

Capítulo 8

Obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	497	
1.	Considerações iniciais	497
2.	Abrangência dos arts. 534 e 535	499
3.	Procedimento jurisdicional constitucionalmente diferenciado	500
4.	O art. 100 da Constituição Federal.....	501
4.1	Alcance da expressão “Fazenda Pública”	513
5.	O requerimento para início da etapa de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	515
6.	Exclusão da multa do art. 523, § 1º.....	516
7.	Impugnação	517
7.1	Inexigibilidade da obrigação diante de decisão de constitucionalidade do STF	519
7.2	Efeito suspensivo.....	520
7.3	Pagamento por precatório ou requisição de pequeno valor	522

8. Honorários advocatícios	524
9. Em se tratando de título executivo extrajudicial	525
9.1 Dinâmica dos embargos à execução.....	527

Parte IV

Técnicas executivas relativas à obrigação de fazer e de não fazer

Capítulo 1

Com base em título judicial	533
1. Considerações iniciais	533
2. Obrigações de fazer e não fazer no plano material	534
3. Cumprimento da sentença de obrigações de fazer ou de não fazer	536
4. Prazo para cumprimento	538
5. Tutela específica, resultado prático equivalente e perdas e danos	538
6. Técnicas executivas	541

6.1 Busca e apreensão.....	543
6.2 Crime de desobediência	544
6.3 A multa e sua natureza jurídica	545
6.3.1 Periodicidade.....	547
6.3.2 Majoração e redução.....	547
6.3.3 Beneficiário.....	553
6.3.4 Cumprimento provisório.....	554
6.3.5 Subsistência diante de julgamento posterior em sentido contrário ..	556
6.3.6 Intimação pessoal para cobrança.....	557

7. Deveres de caráter não obrigacional	558
8. Impugnação ao cumprimento de sentença	561

Capítulo 2

Com base em título extrajudicial	563
1. Considerações iniciais	563
2. Obrigação de fazer	563

2.1	Petição inicial e citação do executado	564
2.1.1	Honorários advocatícios	566
2.2	Comportamentos do executado.....	566
2.3	Cumprimento por terceiro.....	568
2.4	Perdas e danos.....	571
2.5	Defesa do executado.....	572
3.	Obrigação de não fazer	572
3.1	Petição inicial, citação e comportamentos do executado	573
3.2	Defesa do executado.....	574

Parte V

Técnicas executivas relativas à obrigação de entrega de coisa

Capítulo 1

Com base em título judicial.....	577	
1.	Considerações iniciais	577
2.	Obrigações de entrega de coisa no plano material	578
3.	Cumprimento da sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	579
4.	No caso de cumprimento derivado de tutela provisória concedida liminarmente	581
5.	Posturas do executado.....	582
6.	Direito de retenção.....	583
7.	Impugnação.....	585

Capítulo 2

Com base em título extrajudicial.....	587	
1.	Considerações iniciais	587
2.	Obrigação de dar coisa certa.....	587
2.1	Petição inicial e comportamentos possíveis do executado.....	587
2.1.1	Honorários advocatícios	588
2.2	Entrega ou depósito da coisa	589

2.3	A não entrega da coisa	591
2.4	Conversão em perdas e danos	592
2.5	Defesa do executado.....	593
3.	Obrigação de dar coisa incerta	595
3.1	Incidente de individualização da coisa.....	596
3.2	Aplicação subsidiária da disciplina da execução de dar coisa certa	597
3.3	Defesa do executado.....	598

PARTE VI

Defesas do executado

Capítulo 1

Impugnação	601	
1.	Considerações iniciais	601
2.	Impugnação como defesa	601
3.	Prazo.....	605
3.1.	Nos casos de obrigação de fazer, não fazer e entrega de coisa	607
4.	Prévia garantia de juízo	608
5.	Matérias arguíveis na impugnação	608
5.1	Falta ou nulidade da citação	609
5.2	Ilegitimidade de parte.....	610
5.3	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	611
5.3.1	Inexigibilidade decorrente de pronunciamento de constitucionalidade	611
5.4	Penhora incorreta ou avaliação errônea	616
5.5	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	617
5.6	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	618
5.7	Causas modificativas ou extintivas da obrigação.....	618
5.8	Nulidade de sentença arbitral.....	619
6.	Suspeição e impedimento.....	622
7.	Efeito suspensivo	623
8.	Procedimento	625

9.	Decisões e recursos	626
10.	Honorários advocatícios	627
11.	Despesas processuais.....	628
12.	Manifestações do executado após a impugnação.....	629

Capítulo 2

Embargos à execução.....	633	
1.	Considerações iniciais	633
2.	Natureza jurídica.....	634
3.	Apresentação dos embargos à execução.....	638
3.1	Competência	639
4.	Legitimidade	641
5.	Prazo.....	642
5.1	Litisconsórcio passivo na execução.....	644
5.2	Execução por carta	644
5.3	Pluralidade de advogados.....	645
6.	Rejeição liminar	645
6.1	Embargos intempestivos.....	646
6.2	Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido.....	646
6.3	Embargos manifestamente protelatórios	647
6.4	Outros casos.....	649
7.	Efeito suspensivo	649
7.1	Atribuição	650
7.2	Prévia oitiva do exequente	653
7.3	Efeito suspensivo parcial	654
7.4	Revisão da decisão concessiva	654
7.5	Efeito suspensivo e pluralidade de embargos.....	655
7.6	Substituição, reforço e redução de penhora e avaliação de bens.....	656
7.7	Recorribilidade da decisão relativa ao efeito suspensivo.....	657
8.	Fundamentos	658
8.1	Nulidade da execução	659
8.2	Penhora incorreta ou avaliação errônea	660
8.3	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	661

8.4	Retenção de benfeitorias.....	663
8.5	Incompetência.....	663
8.6	Outros fundamentos.....	664
8.6.1	Embargos à execução e reconvenção.....	665
9.	Impedimento ou suspeição	666
10.	Procedimento.....	667
11.	Julgamento.....	669
12.	Recursos.....	671
13.	Coisa julgada.....	673
 Capítulo 3		
	Moratória.....	675
1.	Considerações iniciais	675
2.	Natureza jurídica.....	675
3.	Pressupostos	677
4.	Oitiva do exequente e deferimento.....	678
4.1	Demora no deferimento	680
5.	Descumprimento	680
6.	Renúncia do direito de apresentar embargos à execução.....	681
7.	Moratória e embargos parciais	682
8.	Inaplicabilidade ao cumprimento de sentença.....	683
 Capítulo 4		
	Outros meios de defesa do executado	687
1.	Considerações iniciais	687
2.	Insubsistência das exceções e objeções de pré-executividade.....	687
2.1	Procedimento	693
3.	Outras iniciativas	695
	 <i>Bibliografia citada e consultada</i>	699
	<i>Sites consultados</i>	718